

para a Sociedade da Informação e representante do MADRP na task-force Portal do Cidadão e Portal do Governo junto da UMIC (2000).

Chefe da Divisão de Documentação e Informação, da SG do MADRP, em comissão de serviço, entre Setembro de 2001 e Novembro de 2003, terminada a seu pedido.

Em regime de substituição, Chefe da Divisão de Qualificação Profissional da Direcção Regional de Agricultura do Algarve e por inerência de funções, coordenadora da Unidade Técnica da Medida 7 do Programa AGRO — Formação Profissional, na região do Algarve, em Maio de 2004.

Entre Abril de 2005 e Março de 2007 responsável pela área de comunicação, na Estrutura de Apoio Técnico (EAT) do Programa AGRO.

Desde Março de 2007, Chefe da Divisão de Inovação e Comunicação da Secretaria-Geral do MADRP, em regime de substituição.

Despacho (extracto) n.º 8971/2008

Por meu despacho de 11 de Maio de 2007, autorizei a abertura do procedimento concursal destinado à selecção e provimento do cargo de direcção intermédia do 2º grau respeitante à Divisão de Planeamento e Gestão da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, unidade orgânica criada pelo Despacho n.º 8836/2007, de 12 de Março.

Nos termos do disposto no artigo 21º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a oferta de emprego foi publicada através do Aviso n.º 19121/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 192, de 04-10-2007, na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta n.º OE200710/0114 e no jornal *Correio da Manhã*, de 08-10-2007.

O júri, com os fundamentos constantes do procedimento, deliberou propor a nomeação da candidata licenciada Aida Sebastião Palminha, para o exercício do cargo a concurso.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio no cargo de Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão, da Direcção de Serviços de Gestão e Inovação, em comissão de serviço e pelo período de três anos, a assessora principal, da carreira de técnico superior, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Veterinária, Aida Sebastião Palminha.

13 de Março de 2008. — A Secretária-Geral, *Lúisa Danguês Tomás*.

Nome: Aida Sebastião Palminha

Habilitações académicas: Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas

Habilitações profissionais: Frequência de diversos seminários, conferências e cursos de formação profissional, nomeadamente na área de gestão financeira, de gestão de recursos humanos e de aprovisionamento e património.

Lugar do quadro: Assessor principal da carreira de técnico superior do quadro da Direcção-Geral de Veterinária.

Experiência profissional:

De 1980 a 1993 foi técnica superior do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, onde exerceu funções ligadas ao planeamento e programação das actividades do organismo no Gabinete de Programação e Controlo, e na Direcção de Serviços de Administração coordenou, por despacho do director, as áreas de contabilidade e património;

De 1993 a 1997 exerceu funções de chefe de divisão no Instituto de Protecção da Produção Agro-Alimentar, tendo também ascendido, por concurso, à categoria de assessor da carreira técnica superior;

De 1997 a Março de 2007 exerceu funções de Directora de Serviços de Gestão e Administração da Direcção-Geral de Veterinária, tendo também ascendido, por concurso, à categoria de assessor principal;

De Março de 2007 até à actualidade exerceu funções, em regime de substituição, de Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão da Secretaria-Geral do MADRP.

Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Despacho n.º 8972/2008

Reconhecimento de técnico em modo de produção biológico

Para os devidos efeitos se torna público que foi conferido a Ricardo Nuno Soares da Silva o reconhecimento como Técnico em Modo de Produção Biológico, na área da Produção Vegetal e da Produção Animal nos termos do Regulamento para o Reconhecimento das Organizações de Agricultores em Modo de Produção Biológico e dos Técnicos em Modo de Produção Biológico, aprovado pela Portaria n.º 180/2002, de 28 de Fevereiro, com a última redacção dada pela Portaria n.º 422/2003, de 22 de Maio.

O reconhecimento produz efeitos a partir do dia imediato ao da sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

13 de Março de 2008. — O Director-Geral, *C. São Simão de Carvalho*.

Gabinete de Planeamento e Políticas

Despacho n.º 8973/2008

Nos termos do n.º 5 do artigo 21º da lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e por despacho de 3 de Março, da Directora do Gabinete de Planeamento e Políticas:

Manuel Pedro Fragoso de Castro Loureiro, é nomeado Chefe de Divisão de Políticas e Prospectiva do Gabinete de Planeamento e Políticas, em comissão de serviço, pelo período de três anos, após procedimento concursal, pelas suas habilitações académicas, pela natureza da sua experiência profissional e pelos conhecimentos e qualificações que demonstrou, preenche todos os requisitos e tem o perfil adequado ao exercício do cargo a que se candidatou.

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

- Nome: Manuel Pedro Fragoso de Castro Loureiro
- Nacionalidade: Portuguesa
- Naturalidade: Lisboa
- Idade: 47 anos

2 — Habilitações Literárias:

- Licenciatura em Engenharia Agrícola, pela Universidade dos Açores (1986);
- Grau de “Master of Science in Rural Planing in relation to the environment”, pelo Centro Internacional de Altos Estudos Agronómicos Mediterrânicos no ano de 1994 com a Tese “Valoracion Económica de Bienes Ambientales: Aplicacion del Metodo de Coste de Viaje al Parque Natural de la Dehesa del Moncayo” Mestre Pós-Graduação em Estudos Europeus (Dominante Económica) da Universidade Católica Portuguesa (1990/91);

3 — Actividade Profissional — principais funções exercidas:

- Técnico superior Assessor Principal da Direcção-Geral dos Recursos Florestais;
- Subdirector-Geral da Direcção-Geral dos Recursos Florestais;
- Adjunto do Secretário de Estado das Florestas;
- Assessor do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural;
- Técnico superior Assessor na Direcção-Geral de Florestas.
- Director Regional dos Recursos Florestais da Região Autónoma dos Açores.
- Chefe de Divisão dos Serviços Florestais das Flores e Corvo;
- Técnico superior da Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário da R.A. dos Açores.

4 — Outras informações:

- X prémio “Jordán de Asso”, de Investigacion Agrária, outorgado pela Instituição Fernando el Católico;
- Prémio Nacional Henry Ford para a Conservação da Natureza (1986);
- Louvor, no termo do exercício das funções de adjunto no gabinete do Secretário de Estado das Florestas.
- Louvor, no termo da comissão de serviços como Director Regional dos Recursos Florestais, pelo VII Governo Regional da Região Autónoma dos Açores;

3 de Março de 2008. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Maria del Carmen Pastor*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes

Despacho n.º 8974/2008

Considerando que, através do Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, foi atribuída à sociedade Metro do Porto, S. A., a concessão do serviço público do sistema de metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto, competindo-lhe a responsabilidade pelas operações de construção de infra-estruturas do dito sistema, tendo igualmente sido atribuída à Requerente a responsabilidade pelas obras de necessária inserção urbana, indissolavelmente ligadas à implementação do sistema de Metro Ligeiro, razão pela qual decorrem do próprio objecto da sociedade;

De facto, como resulta dos Estatutos da empresa, artigo 3º, n.º 2, as referidas infra-estruturas constituem o elo essencial à correcta compatibilização do sistema de metro ligeiro no tecido urbano em que é implantado e são necessárias para o restabelecimento da circulação

viária e pedonal das zonas afectadas pela construção do sistema de metro, para a melhoria dos acessos às estações e interfaces e para o tratamento das zonas adjacentes à plataforma do metro afectadas pela construção, bem como para a reposição, sempre que possível, das condições anteriormente existentes sob pena de se prejudicar os respectivos municípios e os cidadãos.

Nas quais avultam os acessos ao sistema e aos interfaces. Procura-se também assegurar a adequada acessibilidade aos utilizadores do metro e aos outros modos de transporte e repor ou adequar as funcionalidades urbanas, tanto à superfície como aéreas e subterrâneas (água, saneamento, gás, electricidade, telecomunicações, trânsito rodoviário e pedonal).

Neste quadro, assume especial relevo a eliminação das passagens do nível existentes ou minorar as consequências da sua existência sempre que possível, a fim de garantir uma melhor operatividade do sistema e acima de tudo uma maior segurança.

Considerando que, nos termos da Base XI do Anexo I do diploma legal citado, compete à mesma sociedade proceder, na qualidade de entidade expropriante, às expropriações necessárias à referida construção;

Considerando que, no prédio discriminado no mapa anexo, se prevê a construção de uma via variante à Rua da Mota, que é de manifesto interesse público, inserida no troço Senhora da Hora — Vila do Conde — Póvoa de Varzim;

Considerando que essa variante a Rua da Mota irá constituir uma alternativa de trânsito rodoviário de modo a tornar menos conflituoso o largo da Estação de Vilar do Pinheiro, local muito próximo duma passagem de nível, minimizando assim o risco de interferências do trânsito automóvel com a operação do Sistema de Metro.

Considerando o Despacho conjunto n.º 288/2003, de 26 de Março de 2003, que aprovou a realização do Projecto “Duplicação da Linha P” respeitante ao troço do sistema do metro ligeiro do Porto “Senhora da Hora — Vila do Conde — Póvoa de Varzim”;

Considerando ainda que, no programa de trabalhos previsto, se estipula que as obras se iniciem já em Março de 2008 e que tais obras pressupõem a posse dos bens a expropriar.

Assim, a requerimento da sociedade Metro do Porto, S. A., considerando que para a materialização da referida obra é indispensável a expropriação de tal bem, e nos termos previstos nos artigos 1.º, 3.º, 13.º, 14.º e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e no n.º 3 da Base XI do Anexo I do Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, e ao abrigo da delegação de competências constante do Despacho n.º 26 681/2007, de 10 de Outubro (2a série), publicado no Diário da República, n.º 224, de 21 de Novembro de 2007, tendo em vista o início imediato das obras, determino o seguinte:

1 - A declaração de utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação do bem imóvel e direitos a eles inerentes, correspondente a parcela P07.15-FP-718A, devidamente identificada na planta cadastral e mapa de identificação, cuja publicação se promove em anexo.

2 - Autorizar a sociedade Metro do Porto, S. A., a tomar posse administrativa do mesmo prédio, ao abrigo dos artigos 15.º e 19.º do supra referido Código.

3 - Os encargos financeiros com as expropriações são da responsabilidade da sociedade Metro do Porto, S. A., para os quais dispõe de cobertura financeira, tendo prestado caução para garantir o pagamento dos mesmos.

4 de Março de 2008. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

Identificação				Proprietário/Arrendatário			Identificação				
Parcela	Núme de desenho	Zona	P/A	Nome	Morada	Localidade	Área	Freguesia	Rustica	Urbana	Registo
P07.15-FP-718A	1/1	D	P	Herdeiros de José Antunes de Azevedo: Rita Antunes de Azevedo	Rua da Botica, 126	Mosteiró	25,00	Aveleda	R-555		12.324 do Livro B-33
			A	Sociedade de Construções Aveleda, Lda.	Travessa das Cancelas Vermelhas, S/N	Aveleda					

